



A comunicação no movimento ambientalista em Sergipe: A “pseudo” assessoria de comunicação do instituto Árvore.¹

Matheus Pereira Mattos FELIZOLA²

Fernando Bastos COSTA³

Resumo

A pesquisa parte da análise das estratégias de comunicação de um movimento ambiental no estado de Sergipe, e da sua luta para se inserir na esfera pública. O objetivo do trabalho, foi analisar o gerenciamento de comunicação do instituto Árvore fazendo um contraponto entre a atuação da assessoria e a efetiva formação da imagem do instituto. Como recurso metodológico, foram entrevistadas as principais lideranças do movimento e os membros da sua assessoria de comunicação, além de textos de especialistas na área de comunicação ambiental. A conclusão do trabalho identifica, que embora a assessoria consiga adentrar em algumas redes sociais, não consegue gerar recursos identitários, nem mesmo aumentar a penetração nos formadores de opinião.

Palavras-chave: Ambientalismo, Movimento ambiental; ONG; comunicação integrada

Introdução

Perceber um movimento social, como uma “empresa” requer a transformações de pensamentos e de estrutura administrativa. Essas transformações vão desde a organização da parte administrativa do próprio movimento social, desde a formação de um gerenciamento de recursos humanos, de logística, de finanças, de marketing e especificamente nesse artigo a partir da visão da comunicação organizacional.

Esse pressuposto profissional da comunicação de um movimento social , que deve estar ligado diretamente e diariamente em contato com os veículos de comunicação. Quase todos os dias, o movimento social (a empresa) é notícia nos jornais, rádio, TV, internet, tanto por sua atuação nacional, quanto por sua ação em Sergipe. É por ter uma exposição frequente que um movimento social deve apresentar um sujeito com a responsabilidade de relacionar-se com a mídia e organizar o trabalho,

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática Comunicação, Ciência, Meio Ambiente e Sociedade - evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Professor Assistente da Universidade Federal de Sergipe, e-mail: matheusfelizola@infonet.com.br.

³ Orientador do trabalho, professor do doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2005) fbastos@ufnet.br,



não somente para o bom funcionamento do movimento social, mas também facilitar o trabalho da mídia que, devido ao trabalho cotidiano, acaba fazendo parte da rotina do próprio movimento.

Um movimento social, pode atuar de forma contra hegemônica na mídia, com ações ligadas a rádios comunitárias, jornais populares, house organs, panfletos, revistas, editoria de livros, e outras construções artísticas. Essas ações podem fortalecer o próprio arsenal das classes envolvidas com o movimento, e ajudar a construir novos saberes. Além disso, esses setores buscam inserir suas informações nas mídias de grande alcance, buscando expressar suas visões à opinião pública, que é formadora do corpo crítico do próprio movimento.

Na exposição teórica, o trabalho está estruturado inicialmente uma breve retrospectiva histórica do movimento ambiental no Brasil e no mundo, dando ênfase à problemática ambiental desde a conferência de Estocolmo em 1972, logo após foi exposto o tipo normativo de organização, situado no exemplo do instituto Arvore em Sergipe, objetivando-se apresentar o funcionamento instrumental e simbólico/ideológico da unidade; sua organização administrativa no contexto comunicativo; e, obviamente, os fins específicos da organização, no composto representatividade (entre as demais organizações parceiras no país; dentro de toda a categoria regional; entre seus filiados; e no meio externo sócio-político) e sua possível eficácia.

Aspectos históricos do debate ambiental – O surgimento do “ambientalismo” no Brasil

Após a Segunda Guerra mundial, teve início, em termos de disponibilidade de recursos, um processo de aceleração da degradação ambiental, dado a um crescimento econômico aparentemente sem fronteiras. Os elevados índices da produção e de consumo, auxiliados pelo aumento populacional e pela intensificação da urbanização, criaram um contexto de graves problemas ambientais. Após diversas pesquisas, Pádua (1987) identificou algumas fases do movimento ambientalista no Brasil. A primeira na década de 50, mais relacionada com questões de proteção a áreas virgens, consubstanciava-se num movimento mais focado nos países industrializados do Norte e nas colônias da Inglaterra, França e Holanda, quando o ambientalismo ainda não se constituía em um movimento internacional e generalizado.



No final da década de 60, intensificaram-se as discussões acerca das relações existentes entre o meio ambiente e o desenvolvimento, evidenciando-se as principais limitações do modelo de desenvolvimento que conhecemos, qual seja, o fato de ele atender às necessidades humanas apenas de forma parcial e ainda degenerar sua base de recurso. Tais discussões seguiram-se por toda a década de 70, marcadas por movimentos e eventos bastante significativos do ponto de vista socioambiental (Camargo, 2003). A Declaração de Estocolmo (1972) foi aprovada durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, que introduziu, pela primeira vez, na agenda política internacional a dimensão ambiental como condicionadora e limitadora do modelo tradicional de crescimento econômico e do uso dos recursos naturais.

Ainda em 1972, surgiu um documento importante, conhecido como relatório Meadows e os pesquisadores do “Clube de Roma” publicaram o estudo Limites do Crescimento. Este estudo concluiu que mantidos os níveis de industrialização, poluição, produção de alimentos e exploração dos recursos naturais, o limite de desenvolvimento do planeta seria atingido, em 100 anos, no máximo.

O pesquisador McCornick (1992) afirma que Estocolmo foi sem dúvida um marco fundamental no crescimento do ambientalismo internacional. Foi à primeira vez que os problemas políticos, sociais e econômicos do meio ambiente global foram discutidos em um fórum intergovernamental com uma perspectiva de realmente empreender ações corretivas. A conferência objetivava criar no seio da ONU bases para uma consideração abrangente dos problemas do meio ambiente humano e fazer convergir à atenção de governos e opinião pública em vários países para a importância do problema. O evento resultou diretamente na criação do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas e marcaram igualmente uma transição do Novo Ambientalismo emocional e ocasionalmente ingênuo dos anos 60 para a perspectiva mais racional, política e global dos anos 70. Acima de tudo, trouxe o debate entre os países menos desenvolvidos e mais desenvolvidos - com suas percepções diferenciadas das prioridades ambientais - para um fórum aberto e causou um deslocamento fundamental na direção do ambientalismo global (McCormick, 1992).



O pós-Estocolmo se caracterizou por uma maior consciência em relação ao modelo de crescimento econômico das sociedades industriais. A idéia de que certos controles precisariam ser adotados para garantir um equilíbrio mínimo entre o desenvolvimento e a saúde do meio ambiente global começou a ganhar corpo em uma série de acordos e convenções. Também o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), procurou desenvolver programas de monitoramento do ambiente global, catalogando os níveis de poluição no ar e no mar, de desflorestamento e de desertificação.

Outro momento peremptório acerca da discussão sobre o que seria o mundo sustentável, foi a elaboração do relatório Brundtland, em 1987, que consolidou uma visão crítica do modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados e infelizmente aceito pelas nações em desenvolvimento, ressaltando a incompatibilidade entre os padrões de produção e consumo vigentes nos primeiros e, por conseguinte, o uso racional dos recursos naturais e a capacidade de suporte dos ecossistemas.

Segundo o relatório, o desenvolvimento sustentável “é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades”. O texto adverte sobre o que significa “necessidades”, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres no mundo que devem receber a máxima prioridade e a “noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras”.

No Congresso Internacional de Educação e Formação sobre Meio Ambiente, ainda em 1987, na cidade de Moscovo, na antiga União Soviética, ficaram expressas as preocupações dos congressistas, quanto à influência que os meios de comunicação social exercem, junto da população, em matéria de educação ambiental. No relatório do congresso existem algumas recomendações dirigidas aos meios de comunicação social para se implantarem estratégias educativas nessa direção, tendo sido propostas uma série de conteúdos temáticos que deveriam constar das emissões de meios de comunicação social, ficando bem explícito que se deveria dar atenção aos problemas de



natureza sociológica, tecnológica e cultural, para uma compreensão global dos problemas ambientais.

Na década de 90, a problemática ambiental do desenvolvimento deu lugar a um movimento, na teoria e na prática, para compreender suas causas e resolver seus efeitos na qualidade de vida e nas condições de existência da sociedade. No Rio de Janeiro, no início da década de 1990, aconteceu a maior reunião já realizada em todo o mundo para discutir a questão ambiental: A Rio-92. Esta reunião contou com mais de 120 Chefes de Estado e representantes de um total de mais de 170 países; foram elaborados cinco documentos (todos assinados pelos chefes de estado e representantes), são eles: a declaração do rio, a agenda 21, a convenção sobre diversidade biológica, a convenção sobre mudança do clima e a declaração de princípios da floresta.

O movimento ambiental chega a sua maior expressão na segunda metade da década de 90, toda a insatisfação da população quanto aos abusos econômicos e ecológicos e as estratégias de manifestação acabam sendo responsáveis por uma maior participação da população e uma gestão mais democrática dos recursos o que auxiliam o processo do desenvolvimento das regiões. Os Governos de alguns países não respeitaram os tratados discutidos no evento, desrespeitando as normas e principalmente tratando com descaso os acordos estabelecidos.

O debate ambiental no Brasil

A partir do governo de Juscelino Kubitschek, o Brasil viveu um período de aceleração de expansão urbano-industrial baseado em um modelo tecnológico predatório que produziu formas diversas e acumulativas de degradação ambiental e social. A concentração das riquezas e dos empregos nos grandes centros urbanos; o êxodo rural que deslocou boa parte do país para cidades sem infra-estrutura para recebê-lo; o modelo de produção industrial alheio às considerações ambientais; a desigualdade de renda e de oportunidades e a industrialização da agricultura geraram todas as conseqüências sobre o ambiente natural e social, que podem ser sentidos na realidade sócio-cultural-ambiental do Brasil.



Na década de 50, uma elite conservadora atuava em instituições como o Serviço Florestal e a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN, criada em 1958) (Silva, 1995), tendo como principal objetivo trabalhar em prol da preservação da fauna e da flora. A atuação da FBCN até a década de 60 foi muito limitada, pois, na opinião pública brasileira, não existia preocupação com a problemática ambiental, já que apenas uma elite conservadora atuava em instituições desse porte. Este grupo influenciou fortemente na concepção e na criação de inúmeras unidades de conservação no Brasil sob a categoria de Parques Nacionais.

Na década de 60, o movimento ambiental passa pelo discurso da luta contra a poluição e contra as armas nucleares influenciados pelo movimento da contra-cultura, nesse período histórico, vivemos a crítica a um certo tipo de discurso característico da expansão capitalista: a modernização. Em 1971, um grupo de ambientalistas fundou em Porto Alegre a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan). Os pontos principais do programa de fundação, desta que viria a ser a primeira ong ambientalista brasileira eram os seguintes: defesa da fauna e da vegetação; combate ao uso exagerado dos meios mecânicos contra o solo e a poluição causada pelas indústrias e veículos; a luta pela salvação da humanidade da destruição promovendo a ecologia como ciência da sobrevivência e difundindo uma nova moral ecológica. (Viola, 1987).

Conforme já foi discutido, a conferência de Estocolmo em 1972, embora representasse um avanço na discussão ambiental mundial, teve um impacto muito reduzido na opinião pública brasileira, se comparado não apenas com os países desenvolvidos, mas também com outros países do Terceiro Mundo como a Venezuela e a Argentina. O país vivia uma repressão política extremamente agressiva e o governo brasileiro tinha liderado na conferência muitas das batalhas contra o reconhecimento da importância da problemática ambiental. Portanto, a visão do ambientalismo brasileiro foi distorcida devido a falsas interpretações sobre a política internacional, em um dos marcos da luta ambiental. O marco desses erros de interpretação foi a Conferência de Estocolmo, em 1972 durante o governo do General Médici, quando a delegação brasileira liderou a oposição a todas as medidas ambientais que representassem limites à industrialização.



Ainda nessa mesma década, surgem às primeiras discussões sobre a problemática ambiental dentro da perspectiva do subdesenvolvimento, como bem demonstraram os programas e trabalhos dos organismos internacionais ligados às Nações Unidas: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e Comissão das Nações Unidas para a América Latina (Cepal).

No Rio de Janeiro, no final da década de 70, surgiu um movimento contra a construção das usinas nucleares, este movimento desenvolveu-se a partir do esforço de alguns ambientalistas que contaram com a visão técnica de alguns cientistas que estavam participando ativamente de pesquisas sobre a energia nuclear. Esta mobilização antinuclear atingiu o estado de São Paulo no ano de 1982, criando-se uma opinião pública extremamente propensa a lutar contra a instalação das usinas, o que dificultou os planos do governo federal para começar a construção da primeira usina fora do estado do Rio, no sul de São Paulo (Girotti, 1984).

Na década de 1980, a cidade de Cubatão foi o alvo das atenções de diversas associações ambientalistas que foram bem-sucedidas em levar a questão para a atenção dos meios de comunicação de massa e estimularam a organização de alguns setores da população local. A cidade transformou-se no símbolo da degradação ambiental no Brasil, não apenas para os ambientalistas, mas também para o conjunto da população informada do país (Ferreira, 1991).

Ainda na década de 80, a eficácia das lutas ambientalistas foi muito baixa em termos de ganhos precisos, mas significativa se considerássemos a ecologização da mentalidade de contingentes qualitativamente importantes na população (Sorrentino, 1991). Apesar da degradação ambiental não ser detida por parte de todas as classes sociais a percepção da degradação aumentou sob a sociedade como um todo. Como corresponde a qualquer processo de ação coletiva é no transcorrer dessas lutas que vai se constituindo a identidade coletiva do movimento ambientalista.

Nesse sentido, a preocupação com o meio ambiente no Brasil, não apareceu, a princípio, como um problema de toda a sociedade sendo antes identificada como uma questão de classe média, daqueles que já tinham assegurado as suas necessidades



básicas. Seja por argumentos sociais, seja por motivos econômicos, a questão ambiental sofreu resistências no período inicial de sua emergência no contexto nacional. A proliferação de grupos ambientalistas na primeira metade da década de 80 pode ser explicada em boa medida pela emergência de valores pós-materialistas num setor (particularmente a juventude) da classe média educada.

Em 1986, a maioria dos ambientalistas entra na arena política como produto da expectativa criada pelas eleições do Congresso Constituinte. Essa entrada na política tinha um precedente em 1982, quando setores reduzidos da luta ambiental conseguiram organizar-se com sucesso, elegendo deputados estaduais e vereadores surgidos na luta ambiental. Durante a fase inicial do ambientalismo brasileiro houve uma influência evidente do movimento norte-americano e europeu, as idéias e as reivindicações foram introduzidas, muitas vezes, sem nenhum sentido crítico.

Segundo Viola (1987) para compreender o surgimento da consciência ambiental no Brasil é necessário contemplar uma convergência simultânea de condicionantes externos e internos. Pressões de diversos países e de organizações não governamentais foram decisivas para uma tomada de consciência, primeiramente das autoridades brasileiras e posteriormente da população em geral. É importante ressaltar que se por um lado alguns dos mesmos processos que contextualizaram o crescimento de uma consciência ambiental nos países industrializados exerceram influência sobre a vida brasileira, por outro lado um conjunto de realidades preexistentes em nossa formação concorreu para a emergência da questão ambiental no país.

Do lado dos motivadores internacionais, devem-se considerar os intensos debates e movimentos ambientais que se desenvolveram em todo o mundo, a veiculação de catástrofes ambientais em toda mídia, o reflexo da ação de instituições internacionais, como as organizações não governamentais e organismos de credibilidade, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Banco Internacional (BIRD), entre outros, e mesmo de dirigentes de outras nações que através de políticas, conferências, programas científicos, de investimento e cooperação exerceram algum tipo de influência sobre a questão ambiental no Brasil.



Neste sentido, a partir do ano 2000 no Brasil, cada vez mais, têm surgido organizações de força que, em movimentos de cidadania, buscam pressionar os setores político-administrativos da sociedade para que haja sensibilidade, por parte das lideranças do Poder Público, em preservar o meio ambiente. As pressões coletivas, consolidam a democracia participativa, não só a individual, como também a coletiva, através de várias formas de organização.

A comunicação em movimentos sociais em Sergipe

Infelizmente no Estado de Sergipe, a profissionalização dos movimentos sociais, configura-se com diversas falhas no tocante a todas as ações referentes da mídia. A maioria dos movimentos sociais não se deu conta de que ter um bom relacionamento com a mídia é um dos principais fatores para a solidificação da credibilidade, não só perante a imprensa em geral, mas para a opinião pública em geral, visto que um movimento ambiental é em diversos momentos completamente bombardeado pela mídia local e Nacional, e conta em sua essência com apenas alguns veículos de comunicação independentes, que mesmo unidos não conseguem modificar o pensamento dos formadores de opinião.

A comunicação nas organizações, mais do que meramente geradora de informações, apresenta-se na constituição de relações de responsabilidade, confiança e credibilidade, a fim de gerar comprometimento entre todos os seus colaboradores e reconhecimento dentro e fora dela.

Afirmar que a comunicação em um dado movimento social, é produto” da realidade social mais abrangente, serviria apenas para observar um ângulo da questão, se considerado isoladamente, pois podemos observar. Ela apresenta e se representa na cultura da organização. O instituto árvore foi o Movimento social escolhido para o estudo em curso.

A possível criação de uma Assessoria de Comunicação não é a resposta para todos os problemas. Mas ela pode ser um elemento necessário na tentativa de estabelecer laços entre a imprensa e a sociedade em geral. Uma Assessoria de Comunicação e uma administração eficiente fazem com que a credibilidade do



movimento social aumente, já que a organização é o caminho para o bom funcionamento de qualquer organização.

Uma ONG ambiental sergipana: A comunicação do instituto Árvore

Missão, Histórico e apresentação da ONG

O Instituto Socioambiental Árvore é uma organização não governamental socioambientalista, sem fins econômicos, que tem a missão de “contribuir para a construção de sociedades sustentáveis, através da realização de pesquisas e ações socioambientais, que melhorem a qualidade de vida da comunidade global”. A organização entende que “Sociedade Sustentáveis” são aquelas que discutem, a partir da sua realidade local, formas de relacionarem as dimensões social, ambiental, econômica, política, cultural e ética, construindo no dia-a-dia ações que contribuam para a melhoria da qualidade de vida daquele local e do planeta como um todo.

A organização atua prioritariamente através de duas linhas de ação, o Programa de Educação Socioambiental, e o Programa Comunidades e Áreas Naturais. O primeiro tem como objetivo a sensibilização de públicos diversos para a superação dos principais desafios socioambientais existentes na atualidade. O segundo, onde este projeto está inserido, tem como objetivo apoiar comunidades e povos tradicionais que estejam geograficamente localizados no entorno de áreas de relevante interesse ecológico, contribuindo para harmonização das relações homem-natureza.

A “pseudo” assessoria do movimento

Questionados sobre a ausência de um profissional que gerencie os processos de comunicação do instituto, a sua diretoria respondeu que os custos de se ter um assessor de comunicação é alto e que como o instituto é oriundo de um movimento social humilde, ele não dispõe de recursos financeiros para pagar um profissional para se fazer um trabalho de comunicação eficiente, os poucos recursos que dispõe são para o pagamento das despesas com as quais o movimento social já se comprometeu, como folha de pagamento, energia, telefone, alimentação.



Segundo a diretoria do movimento, a sua organização é dirigida de forma participativa, onde todos podem opinar sobre suas ações, sem abrir mão do respeito a normas e à hierarquia, sendo que nesse organograma a instituição, tinha em 2008 uma diretoria de comunicação, gerida por um publicitário, uma estudante de jornalismo e dois estudantes de publicidade e propaganda.

Segunda o que a diretoria informa, a sua assessoria embora tenha feito um planejamento estratégico de comunicação anual, basicamente não tinha uma atuação mais expressiva, na verdade mais por falta de interesse dos próprios profissionais que a compunham, do que por uma ausência de interesse da grande mídia em Sergipe de divulgar ações ambientais.

A partir da pesquisa, foi possível observar que existe um interesse real da mídia sergipana de divulgar ações relacionadas ao meio ambiente, mas o instituto árvore, acaba “perdendo” espaço na mídia, pois não aproveita a abertura que têm em todos os veículos de comunicação em Sergipe.

A principal forma de comunicação da ONG é através da internet, o que corrobora com a visão de Castells (2002, p28) que considera a Internet a ferramenta de comunicação preferencial para organizar e mobilizar o movimento ambientalista em todo o mundo. Um dos fatores que influencia esse uso maciço da rede pelo instituto, é a falta de uma sede própria o que dificulta bastantes a comunicação interna e administrativa da organização.

O instituto árvore através da rede se organiza enquanto estrutura matricial, marca encontros presenciais, aprova atas e organiza eventos de mobilização, sendo que estas articulações geram mobilizações em nível nacional com outros jovens e organizações e como consequência a realização do I Congresso Brasileiro de Empreendimentos Sociais Sustentáveis, evento realizado na cidade de Pirambú (SE), no período de 17 a 23 de julho de 2005. Esta ação contou com a participação de 90 (noventa) jovens advindos de todo Brasil.

Estratégias de comunicação do movimento

Segunda a diretoria a ONG já foi diversas vezes, tema de monografias e projetos finais de curso de estudantes de comunicação de todo o estado de Sergipe, diversos projetos já foram lançados desde o gerenciamento de relações públicas, até estratégias



de ações publicitárias, até mesmo um plano de marketing já foi proposto para o instituto, mas infelizmente essas ações ficaram apenas no papel, pois o instituto nunca teve verba suficiente para colocar em práticas as ações.

O processo comunicativo da ONG, não se limita apenas a comunicação no próprio site, mas a utilização de outras vias de comunicação, como o MSN, o Orkut, o Second Life e do Skype. Sendo que é essa virtualidade, tem muito haver com o perfil do manifestante ambientalista, que se configura como pessoas de uma classe social mais abastada, é que tem acesso livre a internet de banda larga. É importante observar, que os símbolos, valores e a própria ideologia do movimento é colocada a mostra na internet, é que através desse meio de comunicação, é que possível recrutar novos voluntários para legitimar a própria existência do movimento.

Uma das formas mais eficazes de divulgação do movimento, é a participação da ONG, nas diversas redes de discussão espalhadas no país, principalmente nas redes patrocinadas pelo Ministério do meio ambiente. Para Jacobi (2000, p132) o ponto de inflexão do movimento ambientalista ocorre com a constituição de fóruns e redes, que têm importância estratégica para ativar, expandir e consolidar o caráter multissetorial do ambientalismo.

A articulação com outros movimentos, permite que a organização, tenha parcerias que permitem a troca de banners, com outros movimentos, o instituto também divulga abertamente a sua relação com movimentos “multinacionais” como o Greenpeace e o WWF - Worldwide Fund for Nature, organizações conhecidas pela sua força financeira e que tem uma comunicação integrada bem definida.

O instituto árvore, através de sua política de comunicação, passou a ganhar legitimidade, através de uma ousada estratégia para sensibilizar formadores de opinião, através de uma campanha institucional, com poucos recursos financeiros e com a internet como principal meio de comunicação, passou a fazer parte da agenda, de algumas entidades, tendo parceiros estão que estão enredados em coletivos, a exemplo da Movimento Competitivo Sergipe, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (SE), do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Japarutuba, do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sergipe, do Conselho de Turismo Pólo Costa dos Coqueirais, da Rede de Educação Ambiental de Sergipe (sob a coordenação da própria ONG) da Rede Brasileira de Educação Ambiental, da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, da Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade (REJUMA), e do Fórum Brasileiro



de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS).

Nas ações já realizadas o instituto contou com vários parceiros. Dentre as organizações da sociedade civil podemos citar o Grupo Interagir (DF), o Instituto Physis Cultura & Ambiente (SP), a Federação Nacional de Estudantes de Administração (FENEAD), o SEBRAE Sergipe, a Sociedade Semear, a Fundação Augusto Franco (TV Sergipe), o Instituto de Permacultura da Bahia, o Instituto de Tecnologia e Pesquisa (UNIT), e o Grupo Escoteiro Uirapuru.

Órgãos governamentais tiveram seu papel na realização dos projetos e ações, como o Mandato da Deputada Estadual Ana Lúcia (PT), a Prefeitura Municipal de Pirambú, a Prefeitura Municipal de Canindé de São Francisco, e a FUNCAJU, além das empresas, como o Banco do Brasil, a Faculdade de Sergipe, o Banco do Nordeste, o Jornal do Dia, a Infonet, a Gráfica e Editora J. Andrade, a Livraria Escariz, e a Universidade Petrobras (BA).

Objetivo da “pseudo” assessoria

O Instituto Árvore, tem como objetivo principal da sua comunicação, conseguiu se consolidar como a maior ONG Estado de Sergipe na mente dos seus diversos públicos, e que essa ação seja refletida, em projetos aprovados e ações realizadas. Por este motivo, é fonte constante de jornais, revistas, rádios e TVs do Estado de Sergipe. Através de uma ação de clipagem da instituição observou um acréscimo de quase cinquenta por cento de inserções nos jornais do Estado, conseguindo em 2008, uma média de 3 registros ao mês, em jornais de grande circulação, outra ação interessante é a quantidade de 15 entrevistas dadas por seus diretores em veículos locais, além disso em 2008 a página virtual da instituição (www.arvore.org.br) recebe 3 mil acessos ao mês. Outra grande ferramenta de comunicação formal (administrativa) e informal (institucional e mercadológica) é o e-mail, com um Mailing composto por 150 nomes da imprensa do Estado de Sergipe, e mais de 3000 mil formadores de opinião. Sendo que apenas nos anos de 2007 e 2008, foram mais de 45 solicitações de entrevistas e pedidos de informações ambientais, via Internet.



A ONG, através de suas estratégias de comunicação institucional, torna-se bastante comum que os membros da ONG, ministrem palestras, cursos e oficinas, além da busca constante do melhoramento da marca da instituição, que até 2008 já tinha feito quatro mudanças na marca, tendo a necessidade de torna - lá mais moderna para seus possíveis parceiros.

Considerações finais

Observa-se após a pesquisa, que não há preocupação da assessoria de comunicação do instituto arvore de informar aos meios de comunicação e conseqüentemente a opinião pública as ações do movimento social, deixando na verdade os profissionais da imprensa, livres para fazer o recorte de a os profissionais a os profissionais de algumas matérias que surgem no site e torná-los públicos através das notícias. Logo, a opinião pública através da rede informal de comunicação acabam tendo conhecimento de alguns boatos e assuntos que a diretoria não tem conhecimento.

Percebe-se o amadorismo das ações comunicativas, ao invés de reservarem uma parte da sua verba para a contratação de profissionais que tivesse tempo hábil para apoiar o movimento, o instituto procura na verdade, busca apenas recrutar dentro do próprio movimento, pessoas que se identificam com o setor, que embora dominem na prática e na teoria a comunicação, como não têm um retorno financeiro, acabam não se concentrando nas ações do movimento.

Embora seja discurso dominante dos movimentos ambientais, que existe um bloqueio de espaço dos grandes veículos de comunicação para as questões ambientais, esse ‘fenômeno’ não foi percebido em Sergipe especificamente nessa movimento, pois a partir da pesquisa, foi possível constatar que na verdade existe sim um interesse da grande mídia em divulgar as ações dos movimentos, e também os seus questionamentos, mas o que falta para o movimento ambiental estudado, é uma assessoria de comunicação presente para buscar esses espaços.

A conclusão do trabalho identifica ainda, que embora consiga construir importantes contatos, nas diversas redes sociais que têm penetração e importância no



tocante ao meio ambiente, não consegue gerar recursos identitários para os próprios membros da ONG, não gerando uma boa comunicação interna e administrativa, nem mesmo aumentar a penetração nos formadores de opinião, pois suas ações institucionais e de marketing não tem um planejamento adequado e por isso não alcançam maiores repercussões.

Referências Bibliográficas

CASTELLS, M. Internet e sociedade em rede. In: D. de MORAES (org.), **Por uma outra comunicação**. Rio de Janeiro, Record, 2003.

FERRREIRA, L.C. **Luz e Sombras: Sobrecargas Ecológicas, Ação Social e Cidadania na Região de Campinas, SP**". Ciências Sociais Hoje. Vértice/Anpocs. São Paulo, 1991.

GIROTTI, C., **Estado Nuclear no Brasil**, São Paulo: Brasiliense, 1984.

JACOBI, P. **Meio ambiente e redes sociais: dimensões intersetoriais e complexidade na articulação de práticas coletivas**. Disponível em:

<http://www.repea.org.br/redesea/conceitos/rapartigopj2000.doc>. Acesso em: 15/09/2008

McCORMICK, J. **Rumo ao Paraíso: A História do Movimento Ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

PÁDUA, J.A (Org.). **Ecologia e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço & Tempo/IUPERJ, 1987

SILVA, W.M. **Tendências no mercado mundial de celulose: a regulação ambiental e o desenvolvimento tecnológico**. 1995. 136 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

SORRENTINO, M. **Educação Ambiental, Participação e Organização de Cidadãos**, Em Aberto, Brasília, vol 10, n.49, 1991.

VIOLA, Eduardo. **O movimento ecológico no Brasil (1974-1986), do ambientalismo à ecopolítica**. In: J. Augusto Pádua (org.) Ecologia e política no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Espaço e Tempo. 1987.